

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELITES POLÍTICAS
E ECONÓMICAS NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO
(25 DE ABRIL DE 1974 A 2004)**

*Manuel Lisboa¹
Graça Frias²
Ana Roque³
Dalila Cerejo⁴*

Palavras-chave: Sexo; Género; Liderança; Elites; Sociologia; Portugal; Decisão; Pós-25 Abril 1974

Keywords: Sex; Gender; Leadership; Elites; Sociology; Portugal; Decision; Post 25th of April 1974

Mots-clé: Sexe; Genre; Leadership; Élites; Sociologie; Portugal; Décision; Après le 25 avril 1974

¹ Professor no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Director do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada – <http://socinova.fcsh.unl.pt> – Av. de Berna, n.º 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal – Tel: +351 217970928 – e-mail: m.lisboa@fcsh.unl.pt

² Assistente de Investigação no SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – <http://socinova.fcsh.unl.pt> – Av. de Berna, n.º 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal – Tel: +351 217970928 – e-mail: graca.frias@fcsh.unl.pt

³ Assistente de Investigação no SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – <http://socinova.fcsh.unl.pt> – Av. de Berna, n.º 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal – Tel: +351 217970928 – e-mail: ana.roque@fcsh.unl.pt

⁴ Assistente de Investigação no SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – <http://socinova.fcsh.unl.pt> – Av. de Berna, n.º 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal – Tel: +351 217970928 – e-mail: dalilacerejo@fcsh.unl.pt

Introdução⁵

Este artigo surge na sequência de uma pesquisa⁶ que tem como preocupação a análise da modernização da sociedade portuguesa, através do estudo da discriminação do sexo na participação nos órgãos de poder.

Representando as mulheres mais de cinquenta por cento da população portuguesa e tendo actualmente uma prevalência maioritária nas universidades, pretende-se, em última instância, compreender quais os factores sociais e culturais que dificultam que tal proporção – entre homens e mulheres – se verifique na liderança dos centros de poder político e económico e os que explicam os poucos casos de sucesso.

Numa primeira abordagem do problema, é possível constatar que há um claro défice de participação feminina nestes domínios. Todavia, para que se possa iniciar a construção de um conhecimento rigoroso sobre o fenómeno, é necessário saber mais. Nomeadamente, qual a extensão e estrutura do fenómeno nos campos político e económico? Qual a sua evolução ao longo das três décadas? Quais as diferenças que existem entre a área económica e a política?

Só depois de respondermos a estas questões estaremos seriamente habilitados a, de um modo cientificamente rigoroso, procurar as variáveis económicas, políticas, sociais e culturais que permitiram tais dinâmicas.

Este artigo centra-se na análise quantitativa de parte dos resultados referentes à primeira etapa da pesquisa. A segunda etapa, em curso, permitirá uma abordagem sociológica mais fina, e qualitativa, sobre a importância dos papéis sociais de género e será objecto de novo texto no futuro.

De algum modo, e utilizando a metáfora da floresta, o primeiro passo consiste na obtenção de indicadores sobre a sua dimensão e possíveis conjuntos que a estruturam; só em seguida se procurará analisar as particularidades de certos tipos de árvores e o modo como elas se desenvolveram.

Os dados recolhidos apenas fazem uma separação entre homens e mulheres e, conhecendo bem a problemática teórica sobre a diferenciação de sexo e de género, o artigo centrar-se-á somente sobre a primeira dimensão do fenómeno. Todavia, procurar-se-á identificar pistas de reflexão sobre os papéis de género subjacentes à participação de homens e mulheres nos lugares de decisão.

Nas últimas três décadas, Portugal passou por mudanças profundas que

⁵ Este artigo surge na sequência de uma comunicação realizada pela equipa na *Gender, Work and Organisation*, 4th *International Interdisciplinary Conference*. Keele University, Junho 2005.

⁶ Este projecto é financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) em parceria com a CIDM – Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, referência PHIM/SOC/49931/2003.

aproximaram o país dos padrões sociais e de desenvolvimento já presentes noutros países europeus⁷. No entanto, de que modo tais mudanças se reflectiram nas práticas e representações sociais e nas mentalidades? É certo que o ordenamento jurídico em relação à discriminação segundo o sexo conheceu profundas mudanças, mas o que é que resiste ainda a mudar? Como evoluíram os padrões de desigualdade segundo o sexo em relação à ocupação de cargos de poder nas esferas política e económica?

Antes de passar à análise dos dados recolhidos, far-se-á uma breve contextualização sobre as mudanças políticas, económicas e sociais verificadas no país nas últimas três décadas. Algumas delas têm uma incidência significativa na temática que abordamos, sobre a participação das mulheres nos vários segmentos da estrutura social.

Ainda que sinteticamente, dar-se-á uma referência metodológica sobre a crítica das fontes, de modo a precisar os limites dos dados recolhidos. Trata-se de um procedimento que julgamos indispensável em investigações desta natureza.

Os resultados são apresentados tendo em conta as principais perspectivas teóricas que suportam a sua interpretação e, sempre que possível, recorrer-se-á a algumas comparações internacionais para as variáveis em que haja informação.

Metodologia

A metodologia de investigação utilizada teve em consideração a especificidade dos dados das áreas política e económica. De facto, ainda que a análise quantitativa vise, nos dois casos, medir a prevalência da participação das mulheres nas posições de topo, a amplitude da sua caracterização e a dimensão temporal variam em função dos dados disponíveis.

Na dimensão económica, a primeira base de dados construída contém o registo da identificação das maiores empresas – avaliadas através do volume de vendas – entre 1980 e 2003 (com a excepção de 1993 e 1994, anos em que não foi possível recolher informação comparável).

A selecção das fontes para esta área revelou-se particularmente difícil, devido às mudanças de critérios de produção estatística que ocorreram no período em análise e que impossibilitaram a recolha sistemática de dados comparáveis. Para o período acima referido, a série mais completa a que foi possível aceder contém informação sobre as 1000 maiores empresas em Portugal (hierarquizadas pelo seu volume de vendas)⁸.

⁷ Contudo, deve ser também notada a tendência para o aumento de desigualdades sociais, dado que Portugal é, entre os Estados da União Europeia, o país onde as diferenças entre ricos e pobres são mais evidentes (Barreto, 2000).

⁸ A fonte utilizada foi o suplemento anual do jornal *Expresso* "As 1000 Maiores Empresas", de 1982 a 2004.

A sua crítica obrigou à recolha dos dados provenientes de outras fontes, procedendo-se à consulta de toda a informação disponível via Internet acerca das 50 empresas seleccionadas em cada ano. Daí resultou uma base de dados com 1200 registos, a partir dos quais se extraiu uma amostra para inquirição, constituída por 103 empresas que, ao longo do período, cumprem o critério de se situar entre as 50 maiores.

Ainda assim, foi necessário um trabalho meticuloso de construção dos dados, depurando as empresas que mudaram de nome, alteraram o estatuto jurídico e a forma de organização, as que foram adquiridas por outras ou conheceram processos de fusão.

O questionário construído foi enviado por correio às empresas, inquirindo sobre a empresa e a sua administração. Em relação àquela, inquiriu-se sobre: área de actividade, data de fundação, natureza jurídica, volume de vendas e número de trabalhadores. Quanto à administração, procurou-se conhecer: número de directores, cargos ocupados, idades, sexo, nível de instrução formal, ano de início de funções e identificação de cargos anteriores.

A informação recolhida por questionário foi objecto de análise crítica e completada (quando necessário) com outra recolhida na Internet através da consulta das páginas oficiais das empresas.

Assim, os dados recolhidos e analisados neste artigo não têm ainda uma dimensão retrospectiva, reportando-se somente a 2004. Espera-se cumprir esse objectivo na próxima etapa da investigação.

Na área política, sendo o objectivo da pesquisa a caracterização das elites governamentais entre 1974 e 2004, a partir de variáveis como o sexo, título académico, cargos ocupados (tipo, número de cargos e áreas de trabalho), foi construída uma base de dados que contém 2218 registos com essa informação (cada registo corresponde a uma pessoa). Sempre que possível, procurou-se que a organização da base e dos dados tivesse em consideração a possibilidade de realizar no futuro estudos comparativos a nível da União Europeia.

Como principal fonte, recorreu-se às bases de dados produzidas pela DIGESTO – Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica, da responsabilidade da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em parceria com outros organismos da Administração Pública. Várias dificuldades surgiram na sua validação. Desde logo, o facto da informação disponível ser mais consistente e só estar relativamente sistematizada a partir dos anos 90, não havendo dados relativamente aos titulares dos cargos em vários anos. No que diz respeito a alguns cargos, em particular Secretário-Geral e Director-Geral, a informação é escassa e encontra-se bastante dispersa.

Tanto quanto possível, procurou-se ultrapassar incoerências de registos (*e.g.* a mesma pessoa aparecer registada uma vez com o nome completo e outra só com o nome e apelido), bem como erros e omissões relativamente ao percurso académico e habilitações.

As constantes mudanças de terminologia no que respeita às áreas de trabalho e a agregação diferenciada das áreas, ao longo do tempo, criam dificuldades na construção de séries temporais longas (e.g. num determinado período, a Juventude está agregada com o Desporto e a Educação, o que significa que estas áreas dependem do mesmo Ministro/Ministério; posteriormente, cada uma destas áreas passa a ser autónoma, dependendo de Ministérios diferentes).

Mudanças sociais em Portugal nos últimos 30 anos

Nas últimas décadas, em particular a partir do início dos anos 60, a sociedade portuguesa foi palco de mudanças consideráveis que atingiram todos os níveis: demográfico, económico, político, social e cultural.

As mudanças na indústria transformadora, no comércio, no turismo e nos serviços em geral contribuem, mesmo que com grande desfasamento, para modernizar a economia portuguesa de acordo com os padrões europeus. Paralelamente, a população activa na agricultura diminui. Verifica-se igualmente uma maior abertura aos mercados europeu e norte-americano, em detrimento das relações privilegiadas até então mantidas com os mercados coloniais, em particular com os africanos: adesão à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e, nos anos 80, à CEE (Comunidade Económica Europeia).

No campo da demografia, destaca-se o fluxo intensivo de migrações internas, das zonas rurais para as cidades e regiões do litoral, a par de uma forte emigração para outros países europeus, o que contribui para a diminuição da população rural. Verifica-se também um progressivo envelhecimento da população, em parte devido ao aumento da esperança de vida e à diminuição das taxas de natalidade e de mortalidade infantil. Na última década, o fluxo migratório com o exterior alterou-se e Portugal passou a ser maioritariamente um país de imigração, à semelhança, aliás, do que se passa com a generalidade dos países economicamente desenvolvidos da Europa.

É também neste período que o Estado-Providência conhece um significativo desenvolvimento, com consequências em sectores como a Justiça, a Segurança Social, a Saúde e a Educação. A título de exemplo, refira-se que a despesa do Estado com a Segurança Social, em 1998, representava 9,4% do PIB, enquanto em 1960 era apenas de 1,4% (Barreto, 2000).

No domínio da Saúde, generaliza-se o acesso aos cuidados médicos, aumenta o número de médicos, a vacinação obrigatória passa a ser regra e são frequentes as campanhas de luta contra a tuberculose e a assistência materno-infantil.

O acesso à Educação generaliza-se e o sistema de ensino conhece um processo de massificação ímpar na história do país. Daí decorrem inevitáveis consequências ao nível da composição social e profissional da população

residente e da activa. A taxa de analfabetismo diminui de forma muito significativa (estima-se que, em 2000, os analfabetos representassem cerca de 7% da população residente, enquanto que, em 1960, essa percentagem ascendia a 40,3%) e a frequência do ensino secundário e do superior tem-se vindo a expandir marcadamente desde os finais da década de 70. De acordo com Barreto (2000), é o ensino secundário público que apresenta o crescimento mais significativo (de 8360 estudantes em 1960, passa-se para 300 000 em meados dos anos 90). Já no ensino superior, de 1960 para 1997, ter-se-á passado de 24 000 alunos para 350 000. Também o número de professores aumenta no mesmo período. Estas modificações têm lugar ao mesmo tempo que a taxa de actividade em geral aumenta de cerca de 38% no início dos anos 60 para 50% em 1998 (Barreto, 1996; 2000), em particular devido à importância crescente do sector terciário.

O 25 de Abril de 1974 dá continuidade a muitas destas mudanças: em alguns casos acelera-as. Mas as alterações mais significativas ocorrem no plano político. Após 48 anos de ditadura e de uma sociedade fechada em si mesma, inicia-se a construção de instituições democráticas, eleições livres, um sistema multipartidário e liberdade de expressão e de associação.

A estrutura social conhece grandes transformações, com a expansão dos estratos médios⁹ e as inevitáveis consequências ao nível das aspirações sociais e culturais e dos hábitos de consumo. Melhoram as condições de vida, bem expressas ao nível habitacional e no acesso aos bens de consumo cultural.

Com o fim da ditadura, a cidadania conhece uma nova expressão que atravessa todos os segmentos sociais: partidos políticos, sindicatos e outras associações profissionais, bem como inúmeras formas de associativismo – segundo a idade, o sexo, o local e a região de residência, ou outro qualquer interesse social.

Mudança social e desigualdade de género em Portugal

As mudanças ocorridas na sociedade portuguesa nos últimos 40 anos estão associadas a alterações nos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens.

De facto, a partir da diferença de sexo entre mulheres e homens, vai-se construindo todo um edifício social de identidade de género que, se por um lado, influencia e orienta as condutas sociais, por outro lado, é um reservatório de poderes e contrapoderes, públicos e privados, sedimentados pelo tempo, constituindo assim um espaço social privilegiado para a observação da mudança social.

⁹ Barreto (2000) vai mais longe, afirmando mesmo que há uma expansão da classe média (apesar deste conceito ser de difícil definição) bem expressa no aumento do rendimento médio, na frequente relação com os serviços, no capital cultural e profissional de origem médio ou elevado, na relativa independência e na autonomia negocial.

Mesmo se neste artigo os dados pouco mais permitem do que a diferenciação de sexo, esta é a temática que orienta a análise, pelo que, mesmo que breve, merece uma atenção particular ao nível da explicitação conceptual.

Procurar compreender sociologicamente o conceito de identidade de género mais não é do que percorrer todo um caminho, desde as diferenças biológicas entre homens e mulheres até às condutas colectivas, normas, valores e papéis sociais atribuídos ao feminino e masculino numa determinada sociedade. Há uma vasta bibliografia neste domínio, a começar pelo trabalho pioneiro em Portugal de Lígia Amâncio (1994), que bem reflecte as alterações que também aí são conhecidas. Dispensamo-nos de a descrever, para nos concentrarmos nos aspectos mais relevantes ao nível do nosso objecto de estudo.

De facto, a identidade de género vai-se construindo a partir da interacção de vários sistemas – biológico, económico, político, social e cultural – que se consolidam em representações que guiam as nossas práticas e modelos de interpretação do que nos rodeia. Nesse sentido, as representações são uma forma de conhecimento social, uma construção da realidade social que combina sistemas de valores e orientações práticas (Jodelet, 1999; Moscovici, 1984; Archer e Lloyd, 2002). Estas representações de género são dinâmicas, variáveis, inconstantes e dependentes de contexto, ainda que de mudança lenta.

Os papéis de género que lhe estão associados constituem padrões de comportamento normativo. Eles são ainda específicos: se, por um lado, são constitutivos de uma sociedade, por outro lado, reflectem-na e por isso são dependentes de cada momento histórico. Enquanto fenómeno sócio-histórico, eles têm estado, ao longo do tempo, no centro da estruturação das relações de poder e na base do estabelecimento de uma hierarquia entre o masculino e o feminino. As mulheres e o feminino têm sido associados a comportamentos afáveis, suaves, doces e emocionais e os homens à força, energia e racionalidade (Lipovetsky, 1997).

O poder do feminino tende a ser socialmente circunscrito à esfera privada, a papéis de suporte, com pouca contribuição para a mudança social visível. Mesmo nas áreas mais públicas, essas dimensões estão presentes, também, no apoio à decisão, na gestão do emocional. Pelo contrário, o masculino é associado mais ao público, à acção visível e directa, ao exercício do poder.

Portugal conheceu grandes mudanças a este nível nos últimos 40 anos. Vejamos algumas.

Em meados dos anos 60, Portugal é um país pobre, essencialmente rural e pouco desenvolvido, com elevados níveis de iletracia, muito tradicional relativamente aos direitos das mulheres (Torres, 2004). Como exemplo, veja-se o Código Civil de 1967 que define que os homens são os líderes da família, tendo o poder de tomar todas as decisões em relação ao cónjuge e restantes membros.

A revolução de Abril de 1974 aprofunda mudanças que vêm de trás e inicia outras, não apenas nos sistemas político e económico, mas também nas mentalidades e condutas sociais.

Na dimensão social, 1974 é o ano da revisão da Concordata, onde passa a ser aceite a dissolução dos casamentos católicos portugueses.

No período de consolidação democrática, as mulheres melhoraram a sua condição social com a abertura das carreiras profissionais, abolição das restrições de voto e aumento dos direitos individuais – os maridos ficaram impedidos de violar a correspondência das suas mulheres ou de terem de autorizar a sua ausência do país.

A Constituição de 1976 determina igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em teoria, marido e mulher partilham os mesmos direitos e responsabilidades, sendo que a igualdade é também estabelecida no trabalho e nas relações laborais. A legislação portuguesa assegura princípios de igualdade contra a discriminação e proíbe disposições contratuais que façam distinção entre sexos.

Ao longo dos anos, as mulheres adquirem novos direitos relativos às relações de trabalho e maternidade e, mais recentemente (2000), uma mudança legislativa declara que a violência doméstica (que inclui várias formas de violência contra as mulheres) é considerada crime público. Este fenómeno, até então muito circunscrito à esfera privada das relações familiares, adquire uma nova dimensão.

Todas estas mudanças legislativas são um sinal de alterações sociais mais amplas. O privado é assumido também como coisa pública e é quebrada uma parte do silêncio das mulheres vítimas. Na esfera pública, particularmente nas áreas do poder político e económico, persiste um grande desconhecimento.

Antes do 25 de Abril de 1974, a participação social das mulheres era restrita, mas a democracia trouxe novas oportunidades políticas e económicas. Contudo, falta saber se homens e mulheres partilham as mesmas hipóteses no acesso a posições de topo e exercício de poder.

Participação das mulheres na direcção das empresas

Praticamente todos os estudos são unânimes em considerar que há diferenças de oportunidades entre homens e mulheres no acesso a lugares de decisão da vida pública e que o controlo das posições de topo é crucial para a manutenção destas desigualdades.

Nos últimos anos e na maioria dos países, incluindo Portugal, a presença de mulheres em múltiplas actividades aumentou consideravelmente.

Em Portugal, entre 1981 e 2001, a taxa de actividade feminina aumentou de 34,2% para 45,1%.

Quadro 1: Actividade Profissional

	1981			1991			2001		
	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
Activos	2649	1377	4026	2583	1812	4395	2742	2248	4990
%	65,8	34,2	100	58,8	41,2	100	54,9	45,1	100

Fonte: INE, Recenseamentos da População, 1981, 1991, 2001 e Torres, Anália (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.

Mas algumas áreas de actividade continuam a ser um privilégio masculino, aparecendo os “serviços” como o principal sector económico na ocupação das mulheres (53,1% de mulheres em 1998)¹⁰.

Portugal é considerado um caso especial entre os países da Europa do Sul, onde é elevada a taxa de actividade feminina e as mulheres trabalham mais horas, especialmente as que são mães. Mas alguns estudos (Torres, 2004) alertam para o facto de que tal não é acompanhado de equipamentos de apoio à infância, sugerindo a existência de outras formas de apoio doméstico e de que a necessidade de sobrevivência económica aparece sobreposta a questões de emancipação.

O aumento da participação feminina verifica-se igualmente nas universidades: em 1960-1961, as mulheres representam 24,5% da população universitária e, em 1994-1995, constituem já a maioria (62,9%). Em 2001, as mulheres representavam 56,6% de todos os licenciados e 47,8% dos diplomados com mestrado/doutoramento¹¹.

Quadro 2: Actividade Profissional na União Europeia (1997)

	N	EU-15	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK
HM	150070	3838	2675	35299	3853	12706	22157	1373	20032	169	7186	3609	4523	2120	3917	26612	
H	87206	2277	1460	20159	2439	8231	12300	838	12810	106	4214	2036	2489	1116	2047	14685	
M	62865	1561	1215	15141	1415	4475	9856	535	7222	63	2972	1572	2034	1005	1870	11927	
H (%)	58,1	59,3	54,6	57,1	63,3	64,8	55,5	61,0	63,9	62,7	58,6	56,4	55,0	52,5	52,3	55,2	
M (%)	41,9	40,7	45,4	42,9	36,7	35,2	44,5	39,0	36,1	37,3	41,4	43,6	45,0	47,7	47,7	44,8	

B – Bélgica; DK – Dinamarca; D – Alemanha; EL – Grécia; E – Espanha; F – França; IRL – Irlanda; I – Itália; L – Luxemburgo; NL – Holanda; A – Áustria; P – Portugal; FIN – Finlândia; S – Suécia; UK – Reino Unido.

Fonte: Labour Force Survey, 1997, EUROSTAT in Torres, Anália (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.

¹⁰ In Barreto (2000).

¹¹ Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1961, 1971, 1981, 1991 e 2001.

Diversos autores referem que em Portugal as mulheres têm maior prevalência em todos os níveis de educação formal e que tendem a ir mais longe nos seus estudos (Rebelo, 2002; Barreto, 1996).

Quadro 3: Universidade: Inscrições e Diplomas de Mulheres

	Inscritas		Finalizaram	
	Total	%	Total	%
1960-1961	7 038	29,1	534	24,5
1970-1971	21 964	44,4	1028	33,5
1980-1981	37 845	45,0	5470	50,0
1990-1991	87 083	55,5	9218	65,7
1994-1995	170 205	56,6	22916	62,9

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1961, 1971, 1981, 1991 e 2001.

Será que este aumento das habilitações das mulheres e sua crescente presença no mercado de trabalho se reflecte na direcção das organizações económicas? Ou será que ainda não é acompanhado pela sua participação em posições de topo das maiores empresas?

De acordo com o último Recenseamento (dados relativos à profissão da população residente, 2001), as mulheres representam mais de um terço dos “Quadros Superiores da Administração Pública” (37,7%), 24,4% dos “Directores-Gerais”, 32% de “Outros Directores” e 33% dos “Directores e Gerentes de Pequenas Empresas”.

Gilles Lipovetsky (1997) apresenta resultados semelhantes para os cargos directivos dos Estados Unidos da América (37%), Suécia (20%) e Canadá (34,5%), em 1986.

Quadro 4: Cargos de Direcção, 2001

	Total	H	%	M	%
Quadros Superiores da Administração Pública	5390	3356	62,3	2034	37,7
Directores-Gerais	71 721	54 219	75,6	17 502	24,4
Outros Directores	19 801	13 467	68,0	6 334	32,0
Directores e Gerentes de Pequenas Empresas	205 297	137 583	67,0	67 714	33,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Whitehead (2002) lembra-nos que liderança é sinónimo de masculinidade, pelo que a maioria dos líderes das organizações económicas é do sexo

masculino. Mas as estratégias de carreira profissional entraram no universo feminino e as posições com responsabilidade são cada vez mais um objectivo feminino mediatizado e socialmente legitimado.

Lipovestky (1997) foca a exclusão das mulheres das posições de poder e refere que, mesmo quando encontramos mulheres em cargos de direcção, apenas uma minoria está presente na administração. Como veremos, os nossos resultados sugerem um padrão idêntico.

A presença marginal das mulheres no topo da pirâmide é apresentada por Lipovetsky como sendo universal e afectando todos os sectores. Quanto mais subimos na escala hierárquica, menor é a probabilidade de encontrarmos mulheres, um fenómeno de *glass ceiling*, como referem alguns autores. Um espécie de barreira invisível que bloqueia a progressão das mulheres a partir de certo nível.

Diversos estudos sugerem que a situação actual é marcada por um fosso entre as qualificações das mulheres e as posições que ocupam (Archer e Lloyd, 2002; Lipovetsky, 1997; Jacobsen, 1998); ou seja, embora as mulheres detenham habilitações mais elevadas, tendem a ocupar cargos inferiores do que os seus pares do sexo masculino.

Quadro 5: Resultados do Inquérito Sociológico

	Total (N)	%
Empresas inquiridas	50	
Número de Trabalhadores	242 233	
Cargos de Direcção	739	
Número de Empresas com Mulheres na Direcção	24	
Mulheres na Direcção das Empresas (todos os cargos)	64	8,7%
Mulheres em Cargos de Administração	16	4,9%

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas", 2005, SociNova/FCSH-UNL e sítios oficiais das empresas.

Neste estudo, seleccionaram-se 103 das maiores empresas (entre 1980 e 2003) a operar em Portugal, para aplicar um questionário sociológico. Cinquenta dessas empresas estão ainda em actividade e foi possível obter informação válida sobre elas.

Considerando o número de trabalhadores, estas 50 empresas empregam 242 233 pessoas, 739 das quais com funções de direcção (0,3%); o que revela uma estrutura organizacional piramidal.

Quadro 6: Cargos de Direcção nas Empresas Observadas

	H	%	M	%	Total (N)
Presidente	56	98,2	1	1,8	57
Conselho de Administração	111	96,5	4	3,5	115
Conselho Executivo	67	93,1	5	6,9	72
Assembleia-Geral	22	100,0	0	0,0	22
Vogal	67	91,8	6	8,2	73
Director	324	88,8	41	11,2	365
Outras Posições de Direcção	28	80,0	7	20,0	35
Total Cargos de Direcção	675	91,3	64	8,7	739

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas", 2005, SociNova/FCSH-UNL e sítios oficiais das empresas.

Menos de metade das 50 empresas de que foi possível obter informação (N=24) têm mulheres em cargos de direcção¹², mas estas representam apenas 8,7% de todas as posições de direcção (64 mulheres e 675 homens).

Os resultados encontrados por Singh e Vinnicombe (2004)¹³ para o Reino Unido em 2004 são bastante diferentes: 69 das 100 maiores empresas têm pelo menos uma mulher na Administração e estas representam 36% de todas as posições de direcção.

Analisando os dados recolhidos para Portugal, quando focamos as posições de topo da administração das empresas observadas (Presidentes, Conselhos Executivos, Membros da Assembleia-Geral, Administradores e Vogais) –, verificamos que a presença de mulheres diminui ainda mais substancialmente. Aqui, apenas contamos 16 mulheres (4,7%). Ao contrário e descendo na estrutura hierárquica da direcção das empresas, temos que as mulheres desempenham 11,2% das funções de "Director".

De algum modo, a presença reduzida de mulheres na direcção e administração das maiores empresas reflecte uma estruturação desigual das relações de poder em função do sexo.

Por outro lado, e em relação às que participam, os dados apontam para uma diferenciação de esferas de poder e influência segundo o sexo: as mulheres ligadas a cargos de apoio à decisão (Direcção) e os homens associados ao exercício de poder (Administração), reproduzindo assim uma

¹² Como cargos de direcção consideramos as posições do topo da hierarquia das empresas (Administração, Executivos) assim como os directores que participam no processo de tomada de decisão, supervisão e apoio técnico que suportam a decisão.

¹³ Este trabalho utiliza uma metodologia semelhante à desta investigação com a recolha de dados das 100 maiores empresas com o objectivo de quantificar a participação das mulheres em cargos executivos.

estrutura de papéis de género, que tende a associar o feminino ao suporte da decisão e o masculino ao estratégico, à iniciativa e à acção.

Quadro 7: Educação Formal nas Empresas Observadas

	H	M	Total
Secundário	15	1	16
Bacharelato	15	0	15
Licenciatura	434	46	480
Pós-Graduação	8	0	8
Mestrado	27	1	28
Doutoramento	10	0	10
Outro	5	0	5
Total	514	48	562

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas", 2005, SociNova/FCSH-UNL e sítios oficiais das empresas.

Continuando a análise dos dados recolhidos, a grande maioria dos dirigentes possui diploma académico de nível superior (93,6%). Os resultados sugerem que os homens possuem títulos escolares mais elevados do que as suas pares (mestrado e doutoramento), ao contrário do que ocorre na estrutura nacional, onde as mulheres aparecem com os níveis de instrução mais elevados: em 2005, o número de matrículas e conclusões de mestrados e doutoramentos de mulheres é claramente superior ao dos homens¹⁴.

Quadro 8: Idade Média e Tempo Médio na Função nas Empresas Observadas

	H	M
Idade (média em anos)	48,7	44,6
Tempo na função (média em anos)	5,1	5,6

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas", 2005, SociNova/FCSH-UNL e sítios oficiais das empresas.

No que concerne à idade, as mulheres que ocupam cargos dirigentes são em média mais novas do que os homens: em relação ao cargo ocupado no momento da realização do inquérito, nas mulheres é de 44,6 anos e nos homens de 48,7.

Já relativamente à duração do desempenho da função ela é idêntica para homens e mulheres (média de cinco anos). Se as mulheres são mais novas

¹⁴ Segundo o INE (Indicadores de Género/Educação), em 2005, as mulheres matriculadas em mestrados e doutoramentos são 10 213 e os homens 7870.

que os seus pares homens no exercício das funções de direcção, podemos questionar-nos sobre as trajectórias profissionais que tiveram que percorrer até ocuparem tais cargos.

De facto, tal como se tem verificado em outras investigações (Vianello e Moore, 2004), além da carreira profissional propriamente dita, há que acrescentar os capitais social e cultural (*e.g.* meios sociais mais favoráveis, melhor acesso aos canais de informação e às redes de contactos) e o grau de esforço desenvolvido para ocupar os mesmos lugares que os homens.

Quadro 9: Áreas dos Cargos de Direcção nas Empresas Observadas

	H	M	Total
Financeira	26	9	32
Recursos Humanos	21	5	26
Comercial/Vendas	46	2	48
Negócios Corporativos	31	1	32
Marketing/Comunicação	17	7	24
Produção	19	3	22
Engenharia	86	7	93
I&D	12	1	13
Operações/Planeamento	19	5	24
Outras Direcções Especializadas	57	2	59
Sem informação	68	10	78
Outra	11	3	14
Total	413	55	468

Fonte: Inquérito "Participação das mulheres em empresas", 2005, SociNova/FCSH-UNL e sítios oficiais das empresas.

Outro dado interessante quanto aos mecanismos de recrutamento, é que cerca de metade das 16 mulheres que ocupam posições de administração nas empresas observadas pertencem à família que é proprietária da mesma. Este resultado leva-nos a questionar a importância que os critérios não meritocráticos ainda podem ter no acesso às posições de topo das empresas, bem como o papel dos mecanismos de preparação da sucessão, já identificado em vários estudos (Lisboa, 2002).

Relativamente aos cargos de direcção, verifica-se que as mulheres estão concentradas principalmente nas áreas Financeira, Marketing/Comunicação, Engenharia e Produção/Operações. A sua presença é menor nas áreas Comercial/Vendas, Negócios e Investigação & Desenvolvimento.

Estes resultados não diferem dos de outros estudos que sugerem que as mulheres têm dificuldades no acesso a alguns sectores económicos, uma vez

que aparecem associadas a áreas funcionais, como gestão de recursos humanos, comunicação e planeamento e menos a sectores operacionais, como produção e I&D (Vianello e Moore, 2004; Lipovetsky, 1997; Priola e Gilbert, 2005). Os dados sugerem igualmente que algumas áreas ainda funcionam como “reserva” dos homens – *glass walls*¹⁵.

Assim, verifica-se que, além das dificuldades na mobilidade vertical, as mulheres conhecem também entraves à mobilidade horizontal.

Interessa agora questionar quais as condicionantes de género que poderão ajudar a explicar tais dificuldades e que constituem um entrave à prática da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, numa área de inegável importância em termos sociais.

A participação das mulheres nos governos

Tendo em conta alguns estudos internacionais no âmbito da participação das mulheres na área política, bem como a informação recolhida especificamente para esta investigação, podem colocar-se desde já algumas questões que irão orientar a exposição seguinte.

Até que ponto os governos monopartidários são menos permeáveis à presença de mulheres do que governos de coligação? Haverá uma forte concentração da participação feminina nos governos em áreas como a Saúde, os Assuntos Sociais, a Educação ou a Família, em detrimento de outras, como a Defesa, a Economia ou a Administração Interna, mais dominadas por homens (Davis, 1997; Vianello e Moore, 2004)? A participação de homens e de mulheres variará em função da orientação política dos governos?

Estas são algumas das questões a que procuraremos dar resposta ao longo deste texto¹⁶.

Em comparação com outros países da Europa¹⁷, Portugal apresenta as mais baixas taxas de participação política feminina, seja a nível do Parlamento Nacional, do Parlamento Europeu, ou dos governos (Viegas e Faria, 2001)¹⁸. Ainda assim, a nível do Parlamento português, alguns autores chamam a atenção para o facto de se verificar uma tendência de aumento da

¹⁵ Entenda-se este conceito, como “muro invisível” que dificulta a mobilidade social horizontal das mulheres.

¹⁶ Uma vez que o estudo ainda se encontra em curso, neste artigo apresentam-se apenas dados para as diferenças na participação entre sexos, em função do tipo de Governo (monopartidário ou de coligação) e da sua orientação política (de esquerda ou de direita). Os dados relativos aos recursos educacionais e às áreas de trabalho dos titulares dos cargos serão tratados numa fase posterior do trabalho.

¹⁷ Considerando os outros 14 países que, para além de Portugal, integravam a União Europeia antes do alargamento aos países da Europa de Leste.

¹⁸ No Parlamento Nacional, Portugal ocupa a antepenúltima posição, no Governo Nacional a última e no Parlamento Europeu ocupa também a última posição.

taxa de feminização dos deputados. Freire (2003) refere que, entre a Assembleia Constituinte e a V Legislatura, a percentagem de deputadas foi sempre inferior a 10% e que na VIII Legislatura essa percentagem atinge quase 20%. Também Martins e Teixeira (2005) mencionam um acréscimo gradual nesse campo em todas as forças políticas a partir de 1995.

Em geral, os países nórdicos (*e.g.* Suécia e Dinamarca) apresentam elevadas taxas de participação feminina em todas estas situações, o que alguns autores (Viegas e Faria, 2001) justificam com a adopção de medidas de apoio à igualdade de oportunidades, direccionadas essencialmente para os direitos laborais das mulheres, a educação e a assistência aos filhos.

Num outro estudo, que pretendia apurar a variação da participação das mulheres em governos de 15 países da Europa Ocidental entre 1968 e 1992 (Davis, 1997), conclui-se que em todos os países considerados, à excepção de Portugal, as mulheres estão mais representadas nos governos em 1992 do que em 1968 e que a participação de homens e mulheres se encontra ao mesmo nível em países como a Noruega, a Finlândia e a Suécia. Outros dados para Portugal apontam para o facto de, entre 1974 e 1999, a percentagem de ministras ser sempre inferior a 4% (Almeida e Pinto, 2003).

Referindo ainda mais algumas conclusões de estudos sobre participação feminina na área política, Viegas e Faria (2001) assinalam que as mulheres aparecem frequentemente como candidatas ao Parlamento em lugares não elegíveis. Entre 1991 e 2002, em média, as mulheres em posições elegíveis e não elegíveis totalizam 22,4% e 15%, respectivamente (Martins e Teixeira, 2005).

Também no caso dos candidatos à Assembleia da República, mais facilmente um partido renova a sua confiança política num homem do que numa mulher: entre 1991 e 2002, a taxa de permanência feminina nas listas é de 23% enquanto a masculina é de 31% (Martins e Teixeira, 2005).

No que toca à dimensão dos círculos eleitorais, Viegas e Faria (2001) concluem que os de maior dimensão estão mais abertos à participação feminina do que os de menor dimensão. Referem ainda que ao nível regional as dificuldades da participação feminina na política são mais evidentes do que ao nível nacional, o que reforça a importância de ter em conta factores sociais e culturais neste tipo de análise.

Os dados disponíveis (Viegas e Faria, 2001; Martins e Teixeira, 2005) apontam também para uma sub-representação das mulheres nos órgãos directivos dos partidos políticos representados no Parlamento¹⁹. Viegas e Faria (2001) explicam esta situação pelo facto de as mulheres em geral estarem menos disponíveis para uma actividade política constante, terem menos tempo livre e menos capacidade de afirmação na arena política.

¹⁹ É o Partido Socialista que apresenta os valores mais elevados, seguindo-se o Partido Popular (Martins e Teixeira, 2005).

Os resultados do nosso estudo, relativo aos 22 governos (6 Provisórios e 16 Constitucionais) em 30 anos, também revelam que a participação feminina nos mesmos é diminuta. De facto, entre os indivíduos que ocupam cargos governamentais durante o período em análise, verifica-se que há 1559 homens e 659 mulheres (estas representam 27% dos titulares dos cargos).

No quadro seguinte, apresentam-se dados para o número de vezes que alguns cargos foram ocupados, por sexo. Note-se que tal não corresponde necessariamente ao número de titulares (homens e mulheres), dado que com frequência há titulares que ocupam mais do que um cargo governativo.

Quadro 10: Número de Cargos Ocupados nos Governos, por Sexo

Cargos nos Governos	H	%	M	%	Total
Primeiro-Ministro	22	95,7	1	4,3	23
Vice Primeiro-Ministro	6	100	0	0	6
Ministros	457	95,0	24	5,0	481
Secretários de Estado	807	92,9	62	7,1	869
Chefes de Gabinete	384	82,2	83	17,8	467
Adjuntos	370	48,9	386	51,1	756
Assessores	137	48,1	148	51,9	285

Fonte: Estudo "Mulheres nas Elites Políticas e Económicas", 2005, SociNova/FCSH-UNL.

No que respeita ao tipo de cargos ocupados pelas mulheres nos governos portugueses, constata-se que a nível das posições de topo (Primeiro-Ministro, Vice Primeiro-Ministro, Ministros e Secretários de Estado), a sua participação praticamente não ultrapassa os 7% (apenas a nível dos Secretários de Estados, 7,1% das nomeações são de mulheres). Houve apenas uma Primeira-Ministra, em 1979. Já no caso das posições intermédias, de apoio à decisão, como Chefes de Gabinete, Adjuntos e Assessores, esses valores não só aumentam (17,8% para o caso das Chefes de Gabinete), como a percentagem de Adjuntas e Assessoras ultrapassa a dos homens (51,1% para as Adjuntas e 51,9% para as Assessoras)²⁰.

²⁰ Se se desagregarem os dados relativos aos Chefes de Gabinete, Assessores e Adjuntos em função do desempenho dessas funções no Gabinete de um Ministro ou de um Secretário de Estado, verifica-se que a percentagem de mulheres é sempre superior nos Gabinetes dos Secretários de Estado do que nos dos Ministros (as mulheres representam 21,1% dos Chefes dos Gabinetes dos Secretários de Estado, contra 13,4% dos Ministros; 59,2% dos Adjuntos dos Secretários de Estado, para 43,9% dos Adjuntos dos Ministros; e 55,6% dos Assessores dos Secretários de Estado, contra 48,2% dos Assessores dos Ministros).

Uma ideia frequente que ressalta nos estudos sobre a presença feminina na área política é a de que os partidos de esquerda em geral são mais igualitários, tendo maior tendência para promover a participação feminina (Davis, 1997). Em Portugal, por exemplo, o Partido Comunista Português tem apresentado listas ao Parlamento com elevada taxa de feminização (Viegas e Faria, 2001)²¹. A partir de um inquérito realizado em Portugal em 2004, Martins e Teixeira (2005) concluem também que a maioria dos inquiridos consideram serem os partidos de esquerda que mais promovem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso a cargos de decisão política. Poder-se-á então perguntar: será que existe uma relação entre o sexo dos titulares dos cargos públicos e a orientação política dos governos? Haverá mais mulheres em governos liderados por partidos de esquerda do que por partidos de direita?

Quadro 11: Relação entre Sexo dos Titulares dos Cargos Governativos e Tendência Política dos Governos (*apuramento só dos resultados estatisticamente significativos: resíduos ajustados e estandardizados >1,96*)

Mulheres	Homens	Não associado com qualquer dos sexos
- Partido Socialista	- Partido Socialista + Partido Popular	- Partido Social Democrata + Partido Popular
- Partido Social Democrata	- Partido Socialista + Partido Social Democrata	
	- Provisórios	
	- Formados por iniciativa presidencial	

Fonte: Estudo "Mulheres nas Elites Políticas e Económicas", 2005, SociNova/FCSH-UNL.

Através da análise dos dados constantes da base de dados, e tal como é visível no quadro anterior, não se encontra qualquer relação estatística significativa entre o sexo dos titulares dos cargos e a orientação política dos governos – mais à esquerda ou à direita. De facto, a presença das mulheres ocorre tanto nos governos do PS como do PSD, não havendo diferenças significativas de nenhum dos sexos nos governos de coligação do PSD e do PP, mais à direita. Tal parece confirmar o referido por Almeida e Pinto (2003), que, apesar de a divisão esquerda-direita poder ser uma explicação razoável para a variação do número de mulheres no Parlamento, não o é no que diz respeito à elite ministerial.

Pelo contrário, o quadro 12 sugere haver uma relação entre a diferença de sexo dos titulares dos cargos e o facto de os governos serem monopartidá-

²¹ Embora a participação de mulheres nos órgãos de direcção política seja muito reduzida (Martins e Teixeira, 2005).

rios ou formados através de coligação, o que é confirmado por uma análise estatística mais fina, em que se cruzam especificamente estas variáveis. De facto, os resultados são particularmente significativos quanto a uma maior presença de mulheres nos governos monopartidários e de homens nos governos de coligação, ao contrário da hipótese inicialmente formulada. Os homens também se destacam nos governos provisórios e nos formados por iniciativa presidencial.

Quadro 12: Relação entre Sexo dos Titulares dos Cargos e Governos Monopartidários e de Coligação

(apuramento só dos resultados estatisticamente significativos: resíduos ajustados e estandardizados >1,96)

Mulheres	Homens
- Governos monopartidários	- Governos de coligação
	- Governos provisórios
	- Governos formados por iniciativa presidencial

Fonte: Estudo "Mulheres nas Elites Políticas e Económicas", 2005, SociNova/FCSH-UNL.

Por último, sabendo que com frequência os titulares dos cargos desempenham mais do que uma função num determinado Governo ou participam mesmo em mais do que um Governo, procura-se saber se há diferenças significativas entre sexos nos titulares e no número de funções desempenhadas. A análise dos dados permite concluir que sim: há uma relação estatisticamente significativa entre as mulheres e os que ocupam apenas um cargo e os homens e os que ocupam três ou mais cargos.

Quadro 13: Relação entre Sexo dos Titulares dos Cargos e Número de Cargos Ocupados *(apuramento só dos resultados estatisticamente significativos: resíduos ajustados e estandardizados >1,96)*

Mulheres	Homens
Um cargo	Três e mais cargos

Fonte: Estudo "Mulheres nas Elites Políticas e Económicas", 2005, SociNova/FCSH-UNL.

Face ao exposto, quer pela análise das fontes secundárias, quer pelos resultados obtidos a partir da fonte primária aqui tratada, pode concluir-se que existe um défice da participação feminina em certos cargos políticos. Algumas variáveis sugerem já a hipótese de uma discriminação em função

da identidade de género. Todavia, só uma análise mais fina através do recurso a outras fontes permitirá uma compreensão mais abrangente do fenómeno.

Conclusão

Nesta breve conclusão, pretende-se somente assinalar os principais pontos de chegada resultantes da análise dos dados recolhidos e lançar pistas sobre alguns dos caminhos a percorrer na segunda fase da investigação.

Os resultados obtidos para as maiores empresas e para os cargos governamentais revelam que, apesar das inegáveis melhorias que o país conheceu durante os últimos 30 anos, há ainda um défice da participação das mulheres nas posições de topo das áreas política e económica.

Isso é particularmente visível quando se verifica que ela diminui nas posições mais elevadas da hierarquia de cada uma das áreas.

Na liderança da área económica, e em relação às maiores empresas, a participação das mulheres é reduzida: apenas 8,7% de todos os cargos de direcção e 4,7% da administração.

As dificuldades de mobilidade vertical das mulheres em relação aos lugares de topo das empresas fica bem patente quando se verifica que as que conseguem “furar a barreira” tendem a ocupar os cargos de apoio à decisão em vez das áreas estratégicas de decisão e acção.

No que respeita às elites políticas, verifica-se que, apesar de as mulheres representarem 27% dos titulares dos cargos, a sua participação é escassa a nível das posições de topo (Primeiro-Ministro, Ministro, Secretário de Estado). A presença feminina é bastante mais expressiva nos cargos de posições intermédias, de apoio à decisão, havendo mesmo situações, como no caso de Adjuntos e Assessores, em que a percentagem de mulheres ultrapassa a de homens.

A análise dos nossos dados não revelou qualquer relação estatisticamente significativa entre sexo dos titulares dos cargos e orientação política dos governos – mais à esquerda ou à direita. Já no que respeita ao facto de os governos serem monopartidários ou de coligação, as mulheres aparecem claramente mais representadas nos governos monopartidários e os homens nos de coligação. Também as mulheres surgem com mais frequência entre os que ocupam apenas um cargo e os homens nos que ocupam três ou mais cargos.

Em síntese, apesar dos 30 anos de Democracia vividos em Portugal nas últimas décadas, a liderança política e económica é ainda de difícil acesso às mulheres, reflectindo um persistente fenómeno de *glass ceiling* que as deixa relativamente ausentes das posições de poder e de tomada de decisão.

Os resultados obtidos e discutidos neste artigo dão já um sinal inequívoco nesse sentido. Contudo, há que compreender melhor as dinâmicas sociais que subjazem à fraca participação das mulheres nos lugares de topo, bem como entender o como e o porquê dos poucos casos de sucesso.

A análise de trajectórias sociais e profissionais, da compatibilização da vida profissional e pessoal e dos constrangimentos sociais e culturais, associados à identidade dos papéis de género, são alguns dos aspectos que deverão ser aprofundados na segunda parte da investigação.

A compreensão deste fenómeno é da maior importância. De facto, sabendo-se que as mulheres representam mais de metade da população do país e que têm uma cada vez maior participação nas universidades, é de esperar alterações significativas na estrutura social no futuro próximo; particularmente nos campos do poder político e económico, onde o capital escolar é um vector incontornável no funcionamento das organizações modernas.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa (2003). "Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power". In ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEJO, Nancy (eds.). *Who Governs Southern Europe? Ministerial Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*. Londres: Frank Cass Publishers.
- AMÂNCIO, Lúcia (2004). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- ARCHER, John; LLOYD, Barbara (2002). *Sex and Gender*. Cambridge University Press.
- BARRETO, António (org.) (2000). *A Situação Social em Portugal 1960-1999. II volume. Indicadores Sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BARRETO, António (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa.
- COOK, Liz; ROTHWELL, Brian (2000). *The X & Y of leadership. How Men and Women make a difference at Work*. Londres: Industrial Society.
- DAVIS, Rebecca Howard (1997). *Women and Power in Parliamentary Democracies: Cabinet Appointments in Western Europe, 1968-1992*. University of Nebraska Press.
- DUERST-LAHTI, Georgia; KELLY, Rita Mae (1995). *Gender, Power, Leadership and Governance*. University of Michigan Press.
- EPSTEIN, Cynthia Fuchs; COSER, Rose Laub (eds.) (1981). *Access to Power. Cross-National Studies of Women and Elites*. Londres: George Allen & Unwin.
- FREIRE, André (2003). "Recrutamento Parlamentar e Reforma das Instituições". In PINTO, António Costa; FREIRE, André (org.). *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta Editora.

- GIDDENS, Anthony; DIAMOND, Patrick (eds.) (2005). *The New Egalitarianism*. Londres: Polity Press.
- JACOBSEN, Joyce P. (1998). *The Economics of Gender*. Massachusetts, EUA: Blackwell.
- JAMIENSON, Kathleen Hall (1995). *Beyond the Double Bind – Women and Leadership*. Nova Iorque: Oxford University.
- JODELET, Denise (1999). *Les Représentations Sociales*. Sociologie d'Aujourd'hui. Paris: PUF.
- LIPOVETSKY, Gilles (1997). *La Troisième Femme – Permanence et Révolution du Féminin*. Paris: Gallimard.
- LISBOA, Manuel (2002). *A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes*. Lisboa: Educa.
- MARTIN, Yancey Patricia; COLLINSON, David (2002). "Over the Pond and Across the Water: Developing the Field of Gendering Organizations". In *Gender, Work and Organization*. Vol. 9, n.º 3, Junho.
- MARTINS, Manuel Meirinho; TEIXEIRA, Conceição Pequito (2005). *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Presidência do Conselho de Ministros.
- MOSCOVICI, Serge (1984). *Psychologie Sociale*. Paris: PUF.
- POWELL, Gary N.; GRAVES, Laura M. (2003). *Women and men in management*. Londres: Sage Publications (3.ª ed.).
- PRIOLA, Vincenza; GILBERT, Kate (2005). "Women as managers in the West Midlands", *paper* apresentado na *Gender, Work and Organisation, 4th International Interdisciplinary Conference*. Keele University.
- RANTALAIHO, Liisa; HEISKANEN, Tuula (eds.) (1997). *Gendered Practices in Working Life*. Nova Iorque: St. Martin's Press.
- REBELO, Glória (2002) *Trabalho e Igualdade. Mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial*. Oeiras: Celta Editora.
- SINCLAIR, Amanda (1998). *Doing Leadership Differently – Gender, Power and Sexuality*. Austrália: Melbourne Ed.
- SINGH, Val; VINNICOMBE, Susan (2004). "Why So Few Women Directors in Top UK Boardrooms? Evidence and Theoretical Explanations". In *6th International Conference on Corporate Governance and Board leadership*. Blackwell Publishing.
- TORRES, Anália Cardoso (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta Editora.
- TORRES, Anália Cardoso (coord.) (2004). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Estudos n.º 1.
- VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord. & ed.) (2000). *Gendering Elites – Economic and Political Leadership in 27 Industrialised Societies*. Advances in Political Science, IPSA.
- VIANELLO, Mino; MOORE, Gwen (coord.) (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World*. Londres: SAGE, Studies in International Sociology, 53.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta Editora.

WHITEHEAD, Stephen M. (2002). *Men and Masculinities*. Cambridge: Polity Press.

Resumo

Este artigo apresenta a primeira parte dos resultados de um projecto de investigação sobre a participação das mulheres nos centros de decisão política e económica em Portugal, desde 1974 até 2004, levado a cabo por uma equipa do SociNova.

No campo político, merecem particular atenção os lugares de Primeiro-Ministro, Ministro, Secretário de Estado, Chefes de Gabinete, Adjuntos, Assesores, Secretários-Gerais e Directores-Gerais²² de 22 governos correspondentes a este período.

Na área económica, seleccionaram-se as 50 maiores empresas em cada ano, ao longo do mesmo período, e procurou-se analisar a participação das mulheres nos cargos de direcção e administração.

Mesmo que os dados agora recolhidos só permitam uma primeira análise sobre o volume e a estrutura da participação das mulheres em tais cargos, os resultados obtidos revelam já o quão exígua ela é, particularmente na área económica, e dão indícios sobre alguns dos processos e mecanismos sociais e culturais que estão subjacentes a essa discriminação.

Este estudo, com a análise sociológica da participação feminina nos centros de decisão, procura inserir-se num quadro mais amplo do que as habituais pesquisas sobre a diferenciação social segundo sexo e género. Pretende-se que estes sejam um meio para um outro olhar sobre as dinâmicas das mudanças sociais que o país conheceu nas últimas três décadas – no que se alterou e no que resistiu à mudança.

Trata-se da primeira pesquisa desta natureza em Portugal, quer pela análise simultânea da esfera política e económica, quer pela extensão temporal que comporta, quer ainda pela riqueza deste período, enquanto laboratório social para o estudo sociológico de um caso de modernização tardia no quadro europeu.

Abstract

This paper aims to present the results of the first part of a research project on women participation on political and economic decision centres in Portugal, since 1974 until 2004, developed by a SociNova team.

²² Note-se, contudo, que a informação relativa a estes dois últimos cargos é escassa e encontra-se bastante dispersa.

Cette étude, dont l'objectif est l'analyse sociologique de la participation féminine aux centres de décision, vise à s'insérer dans un cadre plus vaste que les habituelles recherches sur la différenciation sociale selon le sexe et le genre. Les auteurs de ce travail souhaitent construire un autre regard sur les dynamiques inhérentes aux changements sociaux qui ont affecté le pays pendant les dernières trente années – non seulement relativement à ce qui a changé, mais aussi à ce qui a résisté aux changements.

Il s'agit de la première recherche de ce genre au Portugal, non seulement à cause de l'analyse simultanée des plans politique et économique, mais aussi par l'extension temporelle prévue ou encore due à la richesse de cette période, en tant que laboratoire social pour l'étude sociologique d'un cas de modernisation tardive sur le plan européen.